



Anais da Assembléia

Nº 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA ATA DA 82.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1980.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e Paulo Camargo.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Wilson Fortes, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi e Gilberto Agibert Filho (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Nelson Buffara, Domício Scaramella, Adalberto Daros, Augusto Carneiro, David Nheriegate, Del Ciel, João Elísio, Leônidas Chaves, Túlio Zanchet e Werner Wanderer (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 160, 161, 162, 163, 170, 172, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198 e 199/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

33/80: Do Senhor Deputado ANTONIO ROMERO FILHO, que altera para 15 (quinze) o número de Vereadores, a partir de 1.^o de fevereiro de 1981, para a Câmara Municipal de UMUARAMA.— Anote-se. Arquivo-se.

13/80: Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria o Distrito Administrativo de IVATÁ, no Município de UMUARAMA.— Anote-se. Arquivo-se.

9/80: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo fazer reverter, mediante doação ao Município de CALIFÓRNIA, as datas dos terrenos sob os n.º 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da quadra n.º 15, com área total de 2.356 m² situadas na PLANTA JARDIM SANT'ANA, da sede do referido município.— Anote-se. Arquivo-se.

191/79: Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ,

que dá nova redação ao Art. 45 da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973.— Anote-se. Arquivo-se.

69/80: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a decretar feriado estadual o dia 05 de julho de 1980, em homenagem à visita do PAPA JOÃO PAULO II.— Anote-se. Arquivo-se.

15/80: Do Senhor Deputado JOSÉ TAVARES, que concede ao cientista ALBERT SABIN, o Título de cidadão honorário do Paraná.— Anote-se. Arquivo-se.

115/79: Do Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhinhas o rolo compressor que especifica.— Anote-se. Arquivo-se.

35/80: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinados ao pagamento de pensão especial à viúva e aos filhos de servidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente em serviço, na forma da Lei.— Anote-se. Arquivo-se.

31/80: Do Senhor Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a Caritas Paroquial de Clevelândia, com sede e foro em Clevelândia.— Anote-se. Arquivo-se.

8/80: Do Senhor Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública o CÍRCULO ORQUIDÓFILO PONTAGROSSENSE, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.— Anote-se. Arquivo-se.

67/80: Do Senhor Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Apucarana, com sede e foro na Cidade de Apucarana.— Anote-se. Arquivo-se.

210/79: Do Senhor Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEK, com sede e foro na Cidade de Umuarama.— Anote-se. Arquivo-se.

177/79: Do Senhor Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA ACÁCIA 1.^a, com sede e foro na Cidade de UNIÃO DA VITÓRIA.— Anote-se. Arquivo-se.

46/80: Do Senhor Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública o serviço de Assistência da Igreja Pentecostal Filadelfia, com sede e foro nesta Capital.— Anote-se. Arquivo-se.

186/79: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA AURORA, com sede e foro na Cidade de Nova Aurora.— Anote-se. Arquivo-se.

195/79: Do Senhor Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública o CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO CEUAZUENSE, no Município de Céu Azul.— Anote-se. Arquivo-se.

42/80: Do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, que

declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA CAMILHO, VERDADE E VIDA, com sede e foro na Cidade de Araucária. — Anote-se. Arquivo-se.

50/79: Do Sr. Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE JACAREZINHO. — Anote-se. Arquivo-se.

29/80: Do Sr. Deputado JOÃO MANSUR, que denomina ARNALDO FAIVRO BUSATO, o Ginásio Estadual localizado no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara. — Anote-se. Arquivo-se.

07/80: Do Sr. Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a CONGREGAÇÃO MISSIONÁRIA DO SANTÍSSIMO REDENTOR, com sede e foro na cidade de Curitiba. — Anote-se. Arquivo-se.

21/80: Do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JANDAIA DO SUL, com sede e foro na Cidade de Jandaia do Sul. — Anote-se. Arquivo-se.

125/79: Do Poder Executivo, que revoga o Parágrafo Único do Art. 142, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, introduzido pela Lei 6762, de 23/12/75, e modificado pela Lei 7071, de 28/12/78 — (VANTAGENS APOSENTADORIA A FUNCIONÁRIOS COM MAIS DE 50 ANOS DE SERVIÇO). — Anote-se. Arquivo-se.

Do Sr. BENEDITO MOREIRA, que agradece a todos os amigos que compõem esta Assembléia Legislativa, pela mensagem dirigida a ele, no transcorrer de seu aniversário e entrega do Título de Cidadão Honorário da cidade de Jacarezinho. — Ciente. Arquivo-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CECÍLIA WOLFF, ocorrido na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBERTO ANNISS, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ DE NÁPOLI, ocorrido na semana passada, na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor do DNER no Estado do Paraná, solicitando informações a respeito da ponte sobre o Rio Piquiri, na BR-369, no trecho compreendido entre Campo Mourão - Cascavel, haja visto rumores que a mesma está condenada.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O tráfego sobre a ponte localizada no Rio Piquiri, na BR-369, entre Campo Mourão e Cascavel, é um dos mais intensos do nosso Estado, dada a construção da Hidrelétrica de Itaipu, e por ali trafegam veículos pesados, o que vem causando preocupação se a referida ponte irá suportar o volume de tráfego, haja visto os rumores que a mesma está condenada.

Daí solicitarmos o seguinte:

a) Que sejam fornecidas informações se os reparos terão condições de fornecer suporte necessário ao transporte de veículos pesados que se destinam a Itaipu, oriundos do terminal ferroviário de Maringá.

b) Se o desvio do tráfego para a estrada BR-272, até Goioerê, e de lá, por estradas estaduais, não trará problemas sérios às referidas rodovias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação e aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS, DD. Secretário da Segurança Pública, apelando no sentido de que sejam feitos reparos no prédio da Cadeia Pública da cidade de Palmeira, face ao seu estado precário, inclusive o muro frontal totalmente demolido desde longa data.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes ao Secretário da Educação e Cultura, encarecendo a implantação de cursos de 2.º Grau, na sede do Município de Guaraqueçaba.

A medida se faz necessária, para proporcionar condições de aprimoramento educacional e cultural a elevado número de jovens, formados no 1.º Grau, que vêm frustrados os seus ideais de obterem maiores conhecimentos e o almejado diploma para o exercício profissional futuro.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exm.ºs Srs. JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, DD. Presidente da República; NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado; ÂNGELO AMAURY STÁBIL, DD. Ministro da Agricultura; REINHOLD STEPHANES, DD. Secretário da Agricultura; NIVALDO KRUGER, DD. Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados; EVILÁSIO VIEIRA, DD. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal e PAULO YOCOTA, DD. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para o que passa a expor e requerer

o seguinte:

a) Que a COTRIGUAÇU – Cooperativa Central Regional Iguaçu, compromissou a aquisição de 1 milhão de hectares de terras no Estado do Mato Grosso do Sul - GLEBA ARIPUANÃ, cuja força e preço sempre despertou apreensão, dúvidas e incertezas na opinião pública paranaense, em especial aos associados e ao sistema cooperativista do Oeste do Estado.

b) Após notícias de gestões para venda da área à Sharp Equipamentos Eletrônicos, no mês de março próximo passado, por Cr\$ 1.500.000.000,00, houve posicionamento de resistência por parte de várias cooperativas singulares e seus associados quando foi sustada a negociação.

c) Agora, surge novamente especulações e notícias de imprensa, sobre a assinatura de um protocolo de intenções pela COTRIGUAÇU com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em que a Central teria se comprometido a vender a área de 1 milhão de hectares, em Aripuanã, por Cr\$ 1.812.000.000,00 que corresponderia ao total da dívida atual em relação à gleba. Consta ainda que esse documento teria sido firmado sigilosamente e com cláusula de “irrevogabilidade”, criando assim um clima de tensão e revolta.

d) Essa odisséia COTRIGUAÇU – ARIPUANÃ, tem causado muita apreensão no meio rural e cooperativista do Estado, desde o início da aquisição da área, havendo inclusive, denúncias verbais de que o INCRA estaria agora pressionando a Diretoria da COTRIGUAÇU para fechar o negócio citado. Se for realidade, o caso é muito mais sério e merece tratamento severo do Governo Federal.

e) Por outro lado, além de ser uma transação de grande vulto e que envolve interesses direto e indireto de milhares de agricultores, há necessidade de o Governo do Paraná e o Governo Federal fazerem-se presentes nesse conflito, onde está havendo confronto entre o Governo do Mato Grosso e a COTRIGUAÇU, além de credores como o Banco do Brasil e outros, o que causa sempre desvantagem para a Cooperativa.

f) O Governo Federal parece estar lavando as mãos, permitindo que pressões sejam desencadeadas por ação direta do Governo do Mato Grosso, e indiretamente pelo INCRA, contra os interesses dos agricultores cooperativistas.

A esta altura, para acautelar os interesses sociais da COTRIGUAÇU e assegurar o sucesso da colonização com aplicação de verdadeira política de distribuição de terras a agricultores com real experiência e dedicação ao trato específico, o Governo tem que decidir esta questão pelos pacíficos métodos administrativos e políticos, beneficiando assim, a economia, e impedindo que a especulação imobiliária desvirtue os objetivos sociais dessa colonização.

Tomando uma posição, embora tardiamente, poderia o Governo apreciar, pelo órgão específico (INCRA), o projeto da COTRIGUAÇU já elaborado e apresentado há cerca de dois anos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e que ainda não foi apreciado. Ao contrário, parece estar sendo postergado, quando haveria de ter prioridade sobre tantos outros, principalmente porque desenvolveria uma perfeita reforma agrária nos moldes atualmente viáveis, além de garantir ocupação racional e objetiva da área, proporcionando o equacionamento de riquezas e solucionando parcela considerável de problemas sociais.

Sugere-se ainda, apoio financeiro e técnico, bem como segurança na execução da colonização pela Cooperativa, a qual, por sua vez, trará por certo, favorável saldo à política agrária e fundiária. É o mínimo que se pode esperar do Governo.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Depu-

tado Fidelcino Tolentino.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação a presença, em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal, Norton Macedo. O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mês de julho próximo passado, realizou-se o III Encontro de Engenheiros Agrônomos do Paraná, na cidade de Cascavel, um dos maiores movimentos que tem acontecido ultimamente neste País, de caráter sério.

Os engenheiros agrônomos entenderam o grande papel que desempenham na sociedade econômica e humana, por assim dizer, em todo o País, principalmente em se tratando de um país em que se funda basicamente, a sua economia, no campo e na agricultura.

E lá, através de debates, por vários dias, a exemplo do que já ocorrera em outubro de 79 aqui em Curitiba, elaboraram uma Carta, que se convencionou chamá-la de “A Carta Agrônômica de Cascavel”.

Como se trata de um Encontro de grande relevância para todos os setores sócio-econômicos nacionais, e por ser sediado em Cascavel a que, modestamente compartilhamos da representação nesta Casa e por delegação do nosso Partido, pretendemos deixar transcrita, nos Anais desta Casa, a seguinte Carta de Cascavel (Lê):

“A situação da agricultura brasileira caracteriza-se no atual estágio, pela dicotomia existente entre a acumulação de terra e capital de um lado, e do outro, pelas atuais condições de intolerável pobreza e qualidade de vida dos trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores, que se vêem explorados até a exaustão.

Esta situação decorre das contradições do modelo agrícola que nos é imposto gerando com isto insatisfações no plano político e social.

Evidencia-se portanto, a cada medida casuística adotada pela tecnocracia nacional, o deliberado propósito de desorganizar a produção com o fim único de justificar a internalização da agricultura nacional.

É sabido de todos que ano a ano amplia-se a crise do setor agrário com sérios e graves prejuízos à economia nacional, perfeitamente demonstrados sejam pelas sucessivas e vergonhosas importações de produtos agrícolas como feijão, milho, trigo, cebola, alho, arroz e leite em pó, que obrigatoriamente haveríamos de produzir, ou pelo crescente déficit da nossa balança comercial.

Ressalta-se ainda o fato de que os efeitos da crise da agricultura extrapolam as próprias fronteiras agrícolas, refletindo-se nitidamente nos grandes centros urbanos pelo crescimento geométrico das favelas ou índices cada vez maiores de violência, prostituição e criminalidade, parâmetros sem precedentes na História do País.

Por outro lado, se faz necessário reafirmar que a Nação ultrajada assiste o ingresso desordenado de capitais estrangeiros, que para assegurar a sua imediata reprodução, inescrupulosamente não vacila em violentar não somente o homem, como também o seu próprio habitat, conforme denunciam os movimentos ecológicos.

Esta situação decorrente do modelo econômico e do modelo agrícola vigentes, colocam o exercício da profissão do engenheiro agrônomo a reboque de uma orientação agrícola que fere os verdadeiros interesses do povo brasileiro. Assim, desvirtua-se o exercício profissional e avilta-se o papel social do engenheiro agrônomo. Este aviltamento estende-se às universidades, onde o ensino da Agronomia sofre, além da crise geral do ensino superior, as distorções de se converter no veículo de difusão de uma tecnologia e dos princípios do modelo agrícola multinacionalizado; este aviltamento estende-se às instituições de pesquisa, cujas prioridades são ditadas pelo mesmo modelo; estende-se também a extensão rural e assistência técnica, onde

os engenheiros agrônomos se convertem em meros difusores da tecnologia alienígena em que se baseia o modelo agrícola atual.

A classe agrônômica assim como todo povo tem consciência de que este quadro dramático resulta da vigência de um regime autoritário, que impediu que o povo participasse da formulação do modelo antinacional que infelicitou a nação. Reconhece-se também a necessidade imediata da reformulação do modelo econômico vigente através da livre escolha dos destinos nacionais pelo povo brasileiro. Isto significa a restauração plena dos direitos civis, ou seja, das liberdades democráticas do País.

Desse modo, os engenheiros agrônomos paranaenses, reunidos em seu III Encontro Estadual:

1. Reafirmam as posições assumidas pela classe agrônômica nacional no XI Congresso Brasileiro de Agronomia;
2. Reclamam a imediata restauração do regime democrático, em sua plenitude, como único meio de recolocar nas mãos do povo a definição dos seus destinos e superar a profunda crise que abala a nação, condição indispensável para recolocar a agricultura a serviço da Pátria;
3. Mais uma vez exigem a implantação imediata e plena da reforma agrária, e alertam para as graves consequências da sua proteção.

III ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA

Cascavel, 11 de julho de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. De 1976 até 1980, a sociedade brasileira vem assistindo uma escalada de ações de um grupo de radicais, que tenta pela intimidação, pela violência e pela arbitrariedade, impedir a livre manifestação de idéias, de atitudes, de grupos ideologicamente diferentes.

Entretanto, Sr. Presidente, depois da derrocada do AI-5, com o pretendido "projeto de abertura", essas ações irresponsáveis chegando aos métodos mais violentos do nazismo, se intensificaram. E, no momento em que, a censura é abolida de um lado, pretende um grupo de radicais, implantar um novo tipo de censura "Ameaça à Chantagem e a Destruição" se bancas de revistas e centros de distribuição, tentando à maneira de Atila, à maneira nazista, implantar um novo tipo de censura e de seleção de leituras.

Hoje, são as bancas de revistas e jornais, agora, são os distribuidores, amanhã quem sabe serão outras manifestações culturais, como cinema, como teatro, como televisão etc.

Em razão disso, a Bancada do PMDB estará promovendo hoje, partir das oito horas da noite, na sede do seu diretório regional um encontro entre os integrantes desta bancada e os profissionais do setor de distribuição de órgãos de informação. Assim, a partir das 8 horas da noite, estaremos reunidos com os encarregados da distribuição de periódicos, dos profissionais da venda de periódicos, para que seja resguardado e garantido o direito que todo o povo livre e civilizado tem a livre informação. E esta reunião que será feita por iniciativa do partido do Movimento Democrático Brasileiro, entretanto não é uma atitude partidária e exclusiva. E, em razão disto é que a liderança do partido do Movimento Democrático Brasileiro abre as suas portas e estende este convite a todas as outras alternativas de oposição brasileiras no Paraná: ao Partido Trabalhista Brasileiro, ao Partido Democrático Trabalhista, ao Partido Popular e ao Partido dos Trabalhadores. E, estende também este convite a todos aqueles que, pertencendo ao Partido Democrático Social reconheçam, entretanto, o direito livre a informação que todo o povo deve ter. E, também são convidados para esta reunião, onde, a partir das colocações que os profissionais do setor de periódicos venham a fazer, nós passaremos também a

ter em razão dessas colocações uma prática política consequente.

Fica, portanto, o convite. E me parece que ainda há tempo, Srs. Deputados de reagir, ou então teremos, a partir de um determinado instante uma sociedade submetida pelo terror, submissa pela intimidação, e acima de tudo dominada pela chantagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há aproximadamente dois anos ou pouco mais de dois anos no Município de Wenceslau Braz iniciou-se um movimento na fazenda que hoje se sabe ou se diz que pertence a uma família com o nome de Malluf, em Wenceslau Braz, fazenda essa que tem, dentro da sua área, 171 famílias que vivem realmente numa situação bastante difícil, pressionada por todo o tipo de violência.

Por outro lado, nós temos ainda como remanescente da fazenda Morungava, no Município de Sengés, o imóvel que inclusive foi uma parte dele confiscado do ex-Governador Moisés Lupion. E, que nessa fazenda Morungava existe hoje aproximadamente 500 a 550 famílias que lá estão. Nessa fazenda que é um domínio de 75 mil hectares, aproximadamente 50 mil hectares pertence ao grupo da família Mesquita, de São Paulo, proprietários do jornal "O Estado de São Paulo".

Os outros 25 mil hectares, estes confiscados do grupo Moisés Lupion, pertencem à União. O que se deseja hoje é que esses 25 mil hectares sejam distribuídos a essas quinhentas e poucas famílias que lá estão, de uma forma a resolver o problema que há no Município de Sengés cuja área, uma parte dela se situa no grupo que irá construir a fábrica de papel, a Braskraft, e a outra parte, a maior parte do grupo Mesquita que exatamente vai construir, não se sabe bem aonde, qual o município, a Paraná Plintz, outra fábrica de papel e celulose.

Mas o que nos traz à tribuna no dia de hoje, é a situação gravíssima que se encontra hoje lá no Município de Wenceslau Braz, referente a essas 171 famílias que moram na fazenda desse tal de Malluf.

Nestas condições, Sr. Presidente, passo a ler um requerimento que, se aprovado, desejo que seja enviado em forma de telex, ainda hoje se possível, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Ministro Presidente do Conselho de Segurança Nacional. (Lê):

"O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja aprovado o encaminhamento de telex aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro Presidente do Conselho de Segurança Nacional, nos seguintes termos:

"Situação grave tensão social área 960 alqueires vg onde moram 171 famílias agricultores vg posseiros vintenários vg Município WENCESLAU BRAZ/PR vg há disputa pelo domínio referido lote com pretensos proprietários conforme já do conhecimento INCRA/PR et Instituto Terras Paraná pt Presença jagunços armados efetuando invasões et ameaçando colonos vg obrigando-os deixar área et assinar documentos fraudulentos pt Segundo Código Civil et Estatuto Terra são merecedores posseiros titulação pt Tal problema merece especial et urgentíssima atenção sentido proteção vida et posse por parte polícia et outros órgãos vg caso contrário haverá derramamento sangue como ocorreu recentemente outra área litígio pt Em vista referido problema terra et tensão social vg rogamos seja decretada área prioritária para efeito Reforma Agrária terras em litígio Município WENCESLAU BRAZ et por apresentarem problemas análogos vg também aquelas Município SENGÉS pt"

JUSTIFICATIVA:

Desde meados de 1978, pretensos proprietários iniciaram a investida nas áreas do Município de WENCESLAU BRAZ, ten-

tando expulsar os posseiros à força bruta, sem qualquer amparo legal.

O problema começou a se agravar a partir de julho de 1979, com a presença de jagunços portando armas de fogo, queimando lavouras e invadindo com tratores as áreas já plantadas. O clima ali criado é de total intranquilidade, gerando uma tensão social intensa, colocando em risco a vida dos posseiros, os quais já não têm garantia nem da própria vida.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1980.”

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No final do mês de junho, já no cair do recesso parlamentar, mobilizavam-se os professores da rede oficial de ensino, do Estado do Paraná, para alcançarem um posicionamento coordenado da classe e buscar a sensibilização do Governo para um tratamento mais sério, mais claro e mais compatível com os desajustes que estão ocorrendo em termos de tratamento, seja ele de natureza funcional, seja ele de natureza remuneratória, por parte do Governo.

A partir da reunião da Assembléia extraordinária, que se realizou em 15 de junho de 1980 na cidade de Ponta Grossa, as Associações, representando as três entidades: APP, PNM e PLP, entenderam que seria oportuno enviar ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa, através de contatos com as lideranças, uma moção não só de protesto mas estendendo reivindicações que seriam indispensáveis para a classe do magistério.

Temos notícias, Sr. Presidente, que muitos dos professores que hoje se encontram em desvio de função, inclusive bibliotecônomos que estão desviados do Estatuto do Magistério e que também não estão sendo alcançados pela atual mensagem, de reenquadramento ou de enquadramento ou reestruturação, do quadro do Poder Executivo, do Estado do Paraná. Há uma grande apreensão junto a esses professores que ficaram naturalmente, talvez até involuntariamente, à margem desses dois estatutos.

Mas de um modo mais objetivo, Sr. Presidente, não há como negar, que o Estatuto do Magistério e as elevações salariais do magistério, representam indissociável frustração e que comprometem, inclusive a finalidade mais objetiva, a finalidade democrática do ensino, no Estado do Paraná. E não há como abstrair essa prioridade, a prioridade da educação, nas metas de qualquer Governo que pretenda desenvolver um trabalho sério de educação, de construção e desenvolvimento nacional. Aqui no Paraná, especificamente, desde os primeiros dias deste Governo, se tem ouvido falar muito na promoção da pessoa humana. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se vê, da parte do Governo, senão algumas formulações de leis que não deixam de ser um pequeno passo mas que muito longe está de satisfazerem uma grande maioria, ou pelo menos a metade dos professores e de outros estatutários do Estado do Paraná. Há que prevalecer então, no processo de educação, que é a mola mestra de todo desenvolvimento, um tratamento adequado, embasado, objetivo, para que o professor possa desenvolver um trabalho profundo, no setor educacional. E não há desenvolvimento humano, social, cultural, econômico e muito menos político, se a educação não está fundada em princípios mais profundos de que a população inteira possa ser beneficiária de metas de grandes proporções.

A educação é um processo de integração e de inteiração, em que deve ter entre o educador e o educando uma correlação de causa e efeito. Mas é preciso que o professor tenha, atrás de si, o respaldo da tranquilidade, nos seus respectivos vencimentos. E neste ofício, nestas reivindicações, que foram colocadas e até agora não receberam resposta por parte do Governo,

pelos professores, constam os seguintes itens: reajuste salarial semestrais, a partir de julho de 1980, de acordo com os índices inflacionários e mais 15 por cento a todos os professores, inclusive aos professores inativos. Piso salarial dos três maiores salários mínimos vigentes no País; elevação do nível PA-1, para o PB-2, de professores normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório; cumprimento pleno do Estatuto do Magistério.

Sr. Presidente, é sabido que o professor hoje está com uma grande defasagem salarial. E o fundamento dessas reivindicações aprioristicamente analisadas, se funda evidentemente, no problema da remuneração. A apreensão que existe hoje no Magistério, em todos os níveis, inclusive no magistério superior, seja ele vinculado ao Estado, à União, e também às Fundações, está intimamente ligada ao problema financeiro. E só no Governo do Sr. Ney Braga, para não retratar os Governos anteriores, o professor, o magistério teve uma redução real, em face da desenfredda inflação de cerca de 60%, conforme o levantamento já feito pelo magistério.

Concedo aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Tolentino, sei da preocupação que têm os professores quanto aos seus salários, que realmente foram fixados a uma distância muito grande do real significado da função do magistério. E o que nos impressiona, nobre Deputado, é que exatamente isso acontece num Governo de alguém que já foi Ministro da Educação.

Veja que, se não encontramos nem sequer soluções viáveis para remunerar os professores a contento, ou, pelo menos, para que possam ter uma vida digna, diante da função digníssima que desempenham para o desenvolvimento do povo, como vamos pensar em querer exigir que o Estado cumpra com as leis maiores, com a Constituição, que prevê o ensino gratuito, pelo menos no primeiro grau.

Por isso acredito que os Parlamentares, ou os partidários da situação possam nos chamar, a nós, do PMDB, de idealistas. Mas, o nosso idealismo, prende-se, principalmente, ao aspecto de que nós sabemos que existem condições reais.

O Brasil não é um País que não tenha recursos naturais; o Brasil é um País riquíssimo em recursos naturais.

O Estado do Paraná é um dos Estados que mais contribuem para a exportação, principalmente no setor da soja.

Não há razão econômica para dizer ou para lamentar a falta de educação a todos os níveis para a nossa população.

O MOBREAL é uma piada em nosso Estado; é uma piada porque à medida que resolve alfabetizar meia dúzia, são milhares de crianças que estão sem escolas.

Em nossa região mesmo, no Oeste do Paraná, que contribui com uma grande parcela para o celeiro da soja no Paraná, existem crianças que atingem 14, 15 anos, na adolescência, sem ter oportunidade de uma educação.

E aqui estamos nós, aqui estão os professores reivindicando salários para que possam preencher essa atividade, com dignidade, essa atividade tão importante. Se nem nisso estão sendo atendidos, vejam a falta de interesse, o engano, com que se governa o nosso Estado, com que se governa o nosso País.

Isso para não falar do orçamento, a nível federal, que comparado com outros setores das atividades menos produtivas, o disparate é, realmente, uma vergonha para nós.

Existem duas coisas fundamentais, às quais o Estado poderia dar uma contribuição efetiva para o progresso social — não o progresso econômico que fica em mãos de meia dúzia — mas o progresso social e autêntico, aquele que o povo está a clamar, seria na área da saúde e da educação.

E nessas duas áreas é que lamentamos a deficiência, a falta de interesse — digo logo — porque, recursos existem para construir quatro mil quilômetros de estradas. Mas, de que adianta o asfalto se não temos escola?

De que adianta aumentar a produtividade do soja se não

temos escola para nosso povo? Se não existe saúde para o povo?

O relaxamento, a negligência dos governos — desde a ordem municipal, estadual e federal — em relação a esses dois campos importantes para o desenvolvimento social de nosso povo, é realmente lamentável e flagrante.

É isso que gostaria de somar ao pronunciamento de Vossa Excelência no sentido de lamentar essa ausência, essa falta de interesse, essa negligência de nosso Governo atual.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, vou fazer algumas considerações, depois concederei ao Sr. Deputado Renato Bernardi em seguida a Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel.

O próprio Ministro da Educação, Deputado Kirinus, e quero aproveitar para agradecer o aparte de Vossa Excelência que conhece profundamente os problemas de natureza social, porque militou, por anos, junto à população agrária, junto à Pastoral da Terra, na região Oeste do Paraná, uma das mais ricas regiões do mundo, e uma das mais carentes — também — regiões do mundo, em termos de educação, em termos de saúde que é feita às expensas exclusivas de cada chefe de família. Pois bem, o próprio Ministro diz: "Se queremos realmente construir um País, temos que valorizar os operários dessa construção qualificada, que são os professores." Mas, para que essa valorização não caia numa retórica da valorização, é preciso que saibamos que ela terá que começar pela dignificação salarial do professor.

É hora, Deputado, do Ministro colocar em prática esse proselitismo.

É hora do Governo alterar as estruturas deste País, em que coloca o capital à frente das pessoas e usa as pessoas como instrumento de desenvolvimento capitalista.

Na verdade, o que está acontecendo no País inteiro é o uso indiscriminado dos setores de comunicação social, a manipulação, e não sai da manipulação para as promoções de um regime de que está cansado de trazer miséria para o País e de exportar riquezas através dos canais que o próprio Congresso Nacional — manietado pelo regime — permite que se faça.

Nessas condições, acredito, Deputado, que os professores do Paraná, a exemplo do que está acontecendo na estrutura do Brasil inteiro, precisam, e têm o nosso apoio para isso e para isto estamos nesta tribuna, levantar-se e não mais darem aulas, se for o caso, a exemplo do que aconteceu no Rio Grande do Sul, onde os agricultores impediram que fosse selado, mais uma vez, o confisco do soja, e também a exemplo do que os agricultores do Oeste paranaense fizeram, dando um exemplo de dignidade e de caráter, de personalidade e perseverança na conquista dos seus direitos, que foi, o problema do conflito Itaípu, com os expropriados da Usina Binacional.

Os professores têm o apoio do nosso Partido — PMDB — indiscutivelmente, e sem interesse algum de natureza eleitoral, entretanto, o que nós queremos e pedimos ao Governo do Estado, é que, atenda a reivindicação do Magistério, feita e formulada por escrito, com o respaldo das Bancadas de Oposição nesta Casa; e dizem eles: "O educador, mal remunerado, não pode, ainda que queira, ser um bom educador, porque está preocupado com as finanças, com a alimentação, com a saúde, com o vestuário e com a habitação da sua família". Porque, a base fundamental da educação escolar, é feita pelos professores que atuam na área que abrange desde o pré-primário até a quarta série do primeiro grau, que são, em sua quase totalidade, professores normalistas que ganham um salário com o que, é quase absolutamente impossível uma pessoa manter-se, e, efetuando um trabalho de tão alto valor social, torna-se indispensável que essa categoria de educadores perceba uma remuneração mínima que lhe permita, ainda que modestamente, sustentar a sua família.

Pergunta-se:

— É possível alguém manter uma família, considerando-se o custo de vida atual, com menos de doze mil cruzeiros mensais?

E a pergunta, já se fazia no mês de junho. Vejam que, nós já passamos o mês de julho, estamos no mês de agosto. E a inflação está aí — de mais de 8%, reconhecida oficialmente, ao mês! E o piso de salário do professor primário, é de cerca de cinco mil e setenta e cinco cruzeiros; vale mais, uma professora primária sair da escola para trabalhar de empregada doméstica que hoje, nos jornais, há ofertas de cinco mil cruzeiros mensais com todas as despesas de alimentação, de cama, banho, sabonete, pasta e todos esses objetos de uso pessoal, assim sendo, é muito mais interessante a professora trabalhar como doméstica, do que como professora, porque esta ainda tem o dispêndio da condução, do preparo das aulas, do material, que é comprado às suas expensas.

Veja-se por exemplo: em 1969, as normalistas ganhavam 2,6 salários-mínimos, agora, com o aumento já dado a partir do mês de julho — com base no salário-mínimo, evidentemente — elas passarão a ganhar menos que um salário-mínimo; atualmente, elas ganham 1,2 salários-mínimos, que corresponde à cifra de cinco mil e setenta e cinco cruzeiros, praticamente abaixo do salário-mínimo — em se considerando esses aspectos, os descontos e as faltas que têm, não chegam a ganhar o salário-mínimo.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Estou prestando atenção ao pronunciamento de Vossa Excelência calçado e baseado num relatório que Vossa Excelência, por delegação da Bancada do PMDB, recebeu, de uma comissão de professores.

Eu entendo, nobre Deputado, que a questão deve ser colocada em dois níveis, como Vossa Excelência bem o vem fazendo.

Como o funcionário público, realmente o professor está numa defasagem financeira tão grande, que se pergunta como este funcionário poderá encerrar as necessidades sociais e de consumo, que a sociedade industrial lhe obriga a fazer, no final deste ano, quando há uma inflação de 108 a 112% acumulada nos últimos doze meses, realmente estaremos numa situação efetivamente crítica.

É verdade, que me parece que à primeira vista, o Governo do Estado deveria, numa atuação de atendimento imediato a uma situação que aí está, mandar uma mensagem à Assembleia, propondo no mínimo um abono de emergência.

Mas, esta é a situação do magistério. Situação esta que vem sendo violentada pelo Governo do Estado, à rebelia da própria lei. Porque veja Vossa Excelência que a lei que criou o Estatuto do Magistério, consagra, entre outras coisas, a remuneração pela habilitação. E, veja Vossa Excelência, também, que nos últimos dez anos, o magistério do Paraná, passou por um processo muito grande de reciclagem e por um processo de aperfeiçoamento e de realização de cursos ordinários e extraordinários, visando, efetivamente, o problema da habilitação.

E hoje, nós encontramos, cerca de quatro mil professoras que colocadas no nível um, têm entretanto, habilitação profissional pessoal que lhes possibilitaria dentro da estrutura do Estatuto do Magistério, uma classificação no nível 5, esta é a lei que não é cumprida pelo próprio Governo do Estado autor da Mensagem que afinal, foi transformada em lei.

Num segundo nível, num segundo aspecto, me parece fundamental encarar e como Vossa Excelência de passagem enfocou, o problema de uma sociedade capitalista, que visa usar o modelo educacional, pura e tão somente, como uma máquina preparadora de mão-de-obra, destinada a atender os interesses de uma sociedade de produção que aí está: E, em razão disto, é que nós estamos vendo que o mercado de tra-

balho, vai se estrangulando a cada dia que passa, à ociosidade, ao desemprego, o sub-emprego, de profissionais formados dentro desse modelo educacional brasileiro, vai se tornando tão grande, que hoje já se torna fato corriqueiro, se encontrar nas mais variadas cidades do Paraná e do Brasil, mão-de-obra altamente qualificada formada por este modelo educacional que aí está, entretanto, não tendo mercado de trabalho para aplicar a sua qualificação específica.

E, no momento em que se reduzem as verbas de educação de 12% para menos de 4%, nós estamos vendo então, que os números de analfabetismo e de analfabetismo relativo, que graça no meio de nosso povo, principalmente nas camadas mais humildes, vem aumentando em números absolutos, embora possa, aparentemente, ser reduzidos em números relativos. E, veja Vossa Excelência, que o fator econômico em relação à preparação de mão-de-obra, é fundamental.

Veja-se, o exemplo da Costa Rica, que em 1949 decretou por um princípio constitucional, a aplicação de 30% da sua receita em educação, veja Vossa Excelência os resultados. No recenseamento de 1970, Costa Rica que em 1949 tinha cerca de 50% de analfabetos em sua população, reduziu este índice de analfabetos para cerca de 8%. E agora no recenseamento de 1980, Costa Rica espera estar com um índice de 3,5% de analfabetos no País, comparando-se à República de Cuba. Provando-se, mais uma vez, que não podemos dissociar o fato psicossocial, o fato do processo educativo com as suas determinantes econômicas e os investimentos financeiros.

Ora, se o sistema autocrático implantado no País a partir de 1.º de abril de 1964 visou fundamentalmente criar e privilegiar uma indústria de ensino beneficiando uma parcela mínima da população, criando a figura do ensino pago, elitista e privilegiante; e de outro lado, vem reduzindo as dotações orçamentárias, a parte da receita conseguida junto ao povo para o setor de educação, a consequência prática está aí e Vossa Excelência retrata com fidelidade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a Vossa Excelência por esse aparte que me faz e quero dizer mais, que o ensino hoje, sobretudo o ensino oficial, principalmente o ensino oficial torna-se um bico; constitui a rede oficial de ensino uma forma de sub-emprego. E o que é pior. Obriga a privatização do ensino e como o nosso povo é um povo de baixo poder aquisitivo, evidentemente que só uma minoria tem acesso às escolas, e sobretudo as populações mais carentes, estas não têm.

Por isso é que inventaram este MOBRL. O MOBRL é a massificação do ensino, ou melhor, do ensino não. É um adestramento da mão-de-obra não especializada, é a educação de um povo que não tem cultura, não chegou a ter um mínimo de instrução para assinar apenas as folhas de pagamento. E o que é pior: aqueles que conseguem fazer ou ter acesso a uma educação de nível médio servirão apenas para qualificar um pouco mais a mão-de-obra para servir as multinacionais.

E os de curso superior, e o exemplo está aí no Brasil inteiro, os de curso superior se tornarão os tecnocratas, os submissos a esse modelo famigerado de capitalismo selvagem implantado no País. Vão ser os executivos das grandes companhias multinacionais. Os mais inteligentes se sobrepõem e alcançam até cargos elevados, quando não sai dos Ministérios, quando não sai dos postos-chaves da administração pública para servirem as grandes multinacionais.

Na verdade o que está acontecendo e eu volto a falar aqui do Paraná...

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluirei, Sr. Presidente.

Mas eu volto a falar a respeito do problema do Paraná. Se mantida esta posição, as proporções de então, o nível de vencimento 01 estaria, hoje, se mantida a correção estaria em torno

de dez mil e oitocentos cruzeiros mensais. Mas não está. Está achatado para cinco mil e setenta e seis cruzeiros, que são pagos, considerando os percentuais de custo de vida. E essas elevações ou desvalorização da moeda necessariamente deveriam estar, não em dez e oitocentos, mas em mais de onze, quase doze para os níveis iniciais.

E o que os professores desejam, em primeira mão, é a reposição daquilo que eles estão perdendo, estão deixando de ganhar, estão deixando de receber. E isto ocorre também com as outras categorias de funcionalismo público.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu concedo o aparte ao Deputado.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa consultará a liderança do PMDB, se o Deputado Fidelcino Tolentino usará do horário reservado.

O SR. RENATO BERNARDI — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência usará então do horário reservado à liderança do PMDB.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu agradeço à liderança do meu partido, e concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Nobre Deputado, nós é que agradecemos o aparte, e vemos Vossa Excelência tocando num assunto muito sensível tanto a sua bancada como as outras bancadas, como a nossa modesta bancada do PDS.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Modesta, não, tem 34 membros.

O Sr. Gabriel Manoel — ... Vossa Excelência vê muitas vezes, como disse o pastor Gernote Kirinus, o homem que conhece profundamente a teologia da Bíblia, que o Governo apanha "por puxar o burro" e apanha "quando monta no burro". Se é crime fazer estradas, então o Governador Canet, este homem que empolga e polariza todas as atenções paranaenses e brasileiras, precisa ser processado, porque fez quatro mil quilômetros de estradas. Se é crime estar ao lado dos professores, vamos processar o ex-Ministro da Educação, o Governador Ney Braga que está também, apesar da inflação, apesar da adversidade que tem recebido, da própria estrutura dos Ministros governamentais, da esfera federal, que também somos contra, na luta para dar ao professor melhores condições. Para o magnânimo professor que diuturnamente procura trabalhar para polarizar as atenções e para lapidar os alunos. Para lapidar, Sr. Deputado, o ensino paranaense. Somos favoráveis ao mesmo. Também Ney Braga deu o Estatuto, deu a estabilidade para os professores terem tranquilidade.

Queríamos que Vossa Excelência, dentro do seu tirocínio, dos parâmetros e da envergadura de Vossa Excelência, pudesse também refletir um pouco e, sem demagogia, como sabemos que é vosso estilo, olhar para o que Ney Braga fez pelos professores.

Pediríamos também que o ilustre companheiro Gernote Kirinus olhasse pelos quatro mil quilômetros de estradas que Canet fez, sem censurá-lo, porque ele aplicou o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. Como Ney Braga também está aplicando, inclusive a sua própria saúde, em benefício do ensino do Paraná e do Brasil.

É por isto que queremos dizer a Vossa Excelência que os números estão aqui: tínhamos 35% de analfabetos no País, hoje apenas 11% faltam ser alfabetizados e não de ser, se Deus quiser!

Vossa Excelência tem razão, os professores precisam ganhar mais, porque é deles que nasce a luz. Vossa Excelência tem razão. Mas Vossa Excelência há de convir conosco, não é só a sua bancada, também o Governador Ney Braga está atento para este problema, dando o Estatuto dos Professores e a estabilidade. Na minha região, todos os professores têm os seus

padrões. Em tempo oportuno, virá se Deus quiser, ser concretizada esta aspiração de Vossa Excelência.

Se fazer estradas, se construir estradas, for crime, iremos para a cadeia junto com Canet.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Primeiramente, quero dizer o seguinte: que o Estatuto do Magistério não foi dado pelo Governador Ney Braga e nem no Governo Ney Braga; tampouco foi dado. Apesar de não refletir a aspiração da classe, foi votado em 1.976, quando era Interventor o Sr. Jayme Canet Júnior.

Causa-me estranheza a defesa de Vossa Excelência com relação ao Governo Jayme Canet. Chego a crer que a bancada, a se notar por apartes reiterados que se têm visto aqui neste Parlamento, a bancada do PDS, que me perdoem os seus valorosos componentes em algumas reconhecidas exceções, mas a Bancada do PDS vai se desfazer no dia em que começarem as eleições, ou se tiver eleições para o Governo do Estado. Aí ela vai ter um drama inquestionavelmente difícil de ser equacionado, agrupado, porque nota-se que neste Parlamento, fala-se mais, exalta-se mais, o Governo Jayme Canet, do que o próprio Governo em exercício. Mas o que pretendemos dizer, não é só o aspecto de remuneração. Mas ele tem o valor fundamental na tranquilidade do professor. Porque é a partir da tranquilidade interna da família, que se concilia muitas vezes, em muitos fatores, através do suprimento financeiro das deficiências do lar.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, aproveito para fazer uso da palavra, em aparte a Vossa Excelência, somente para contestar o mal entendido. Nós em momento algum falamos. E qualquer pessoa inteligente jamais poderia concluir de nossas palavras, a conclusão de que construir estradas seja crime. Isso em nenhum momento falamos. Estávamos muito longe, para que alguém pudesse concluir. Não entendo sinceramente como possa se concluir de minhas palavras - e aí estão as notas taquigráficas - possa concluir que tenha dito ou que tenha sugerido de que seja crime construir estradas.

No entanto, nós acreditamos de que investimento maior que deve fazer o Estado, para satisfazer a sua função de atender o bem comum, é o investimento no homem. E pergunto: poderá alguém deixar herança maior para o seu povo, do que propiciar-lhe a educação? Poderá algum País desenvolver-se plenamente, tendo o povo à margem desse progresso social, que pode trazer a educação? O que queríamos dizer era exatamente isso: que as trincheiras de luta pelo desenvolvimento, só se fazem através das verdadeiras trincheiras que hoje são os bancos escolares.

Portanto, há incompreensão do Governo e de seus representantes quando falamos da necessidade de colocar como prioridade o homem e dentro desse aspecto humanista, o prioritário é a educação, e depois a saúde é que faz com que os Orçamentos do Estado e da Nação elejam outros setores prioritários. Não vou citar aqui, porque é do conhecimento de todos, quais são esses setores prioritários. A estrada serve para o transporte dos produtos. Mas é interessante perguntar também, quem é que manipula? Para o benefício de quem são os produtos? Se neste Estado do Paraná existe gente passando fome? Se mesmo o homem que planta, muitas vezes não tem o que comer? A quem beneficia? Ao intermediário? Ao grande capital? Pelo menos alguém vai se beneficiar pelo automóvel para correr por estas estradas asfaltadas.

Mas que adianta grandes estradas asfaltadas, se a grande maioria está na beira da estrada, pedindo carona a esse progresso? Por isso colocamos como prioridade, como alternativa primeira, a educação.

E tem razão o Deputado Fiori Luiz: - transporte "bóia-

-fria" em estrada não asfaltada, talvez se torne mais caro. Mas para quem? Para o patrão, para aquele que escraviza, aquele que se aproveita. E é por isso que voltamos a centrar mais uma vez: a educação. Pode não ser crime construir estradas, mas deixar o povo sem educação e sem saúde, isso sim é crime.

Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço mais uma vez o aparte de Vossa Excelência, e vou concluindo, Sr. Presidente, porque o tempo já se esgota e quero deixar daqui desta tribuna, mais uma vez, que o Governo do Estado do Paraná, precisa urgentemente remanejar o seu Orçamento e atender as reivindicações expedidas pelos professores do Paraná. Fazer um reajustamento imediato dos seus salários, para evitar um caos maior no ensino; para evitar-se que os professores deixem o magistério e vão trabalhar de vendedores, como aconteceu recentemente com uma professora primária, que saiu do magistério primário e está sendo vendedora de assinaturas do jornal "O Estado do Paraná".

Realmente Sr. Presidente, o Governo precisa e é neste ponto que faço um apelo à sua Bancada majoritária nesta Casa, exaustivamente majoritária nesta Casa, que os professores recebam pelo menos um reajuste a partir de janeiro até esta quadra de inflação, que já vai muito além de sessenta por cento, e durante os doze meses já está em torno de cento e dez por cento.

E lembrem-se que o último reajuste não alcançou os professores, porque têm um Estatuto próprio, e recebeu elevação de salários em momentos próprios.

É por esta razão que nós fazemos daqui, em nome de todo o magistério paranaense, por solicitação do próprio magistério, de seus órgãos representativos, que o Governo faça uma reflexão em cima desta situação de fato: reajuste ou, pelo menos, faça um abono de emergência para que o magistério não seja também os "bóias-frias" de gravatas poidas, de camisas rasgadas, que só têm a frente porque não conseguem renovar a sua indumentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Consultamos a Liderança do PTB. (Declina).

Concedemos a palavra, no horário reservado ao PDS, ao nobre Deputado Gabriel Manoel. (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Há número legal para prosseguimento da sessão.

A Mesa, com base na Resolução 02/71, abre o prazo, por três dias, a contar de amanhã dia 13, para oferecimento de emendas à Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, já distribuída em Avulso aos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “Associação das Secretárias do Paraná — ASSEPAR”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “Associação Paranaense de Idosos”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 2/78), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual “João Manoel Mondrone”, da sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 2/78), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Adrianópolis, objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Dr. Sadok de Sá, localizado naquela comuna. Parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 28/80), que aprova os termos do convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte — GEIPOT, que objetiva a elaboração do Programa Integral para o Corredor de Exportação. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/80, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu”, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/80, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto”, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alberto Anniess.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José de Nápoli, ocorrido na Cidade de Castro.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cecília Wolff, ocorrido na Cidade de Londrina.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de telex ao Senhor Deputado Federal Samir Achoa (PMDB-SP), contendo voto de apoio e congratulações pela apresentação do projeto de lei que disciplina a convocação de escolares para comparecimento a solenidades públicas.— Aprovado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido. Em votação.

24 Srs. Deputados o aprovam;

6 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em pedido de informações com referência ao surto de hepatite que preocupa a população do Estado.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Antes que Vossa Excelência coloque em votação o requerimento, solicitaria ao Sr. 2.º Secretário que procedesse a leitura do mencionado requerimento, em que data foi apresentado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Presidência responderá a Vossa Excelência.

O requerimento foi apresentado a 18 de junho de 1980.

O SR. DARCY DEITOS — Obrigado, Sr. Presidente.

Então se passaram cinquenta e quatro dias?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Solicitaria que Vossa Excelência determinasse a leitura da súmula do referido requerimento, tendo em vista o tempo decorrido que ele se encontra na mesa, para votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido.

(É lida a súmula do citado requerimento).

Em votação.

20 Srs. Deputados o aprovam;

01 Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para votação, e sim, para prosseguimento da sessão.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Solicito de Vossa Excelência a chamada nominal, para verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam a chamada nominal 21 Senhores Deputados. Não há “quorum” para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Lineu Turra e Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que determine a conclusão e respectiva pavimentação asfáltica do acesso da BR-277 - Porto Amazonas.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacii, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo seja implantada rede telefônica no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora.— Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja concedido à Delegacia de Polícia de Jaguapitã, um veículo Volkswagen. Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, em forma de pedido de informações sobre o plano de captação de água do Rio Tibagi.— Encerrada a discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, diante do vazio do plenário, requeiro novamente a Vossa

Excelência chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam a chamada nominal 10 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 55 e 56/80.

Levanta-se a sessão.